



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2019**

**1 - DO OBJETO DE CONTRATAÇÃO**

**1.1 - O objeto da presente licitação é a reforma do edifício sede do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CRMV-SP, à Rua Apeninos nº 1088 – Paraíso - Cep.: 04104-021, São Paulo capital, cujo edifício é composto de 12 (doze) pavimentos, distribuídos da seguinte forma:**

**1.1.1 - QUADRO DE ÁREAS:**

<b>PAVIMENTOS</b>	<b>ÁREA (m²)</b>
Subsolo	556,22
Térreo	219,48
1º Pavimento	219,87
2º Pavimento	219,87
3º Pavimento	219,87
4º Pavimento	219,87
5º Pavimento	219,87
6º Pavimento	219,87
7º Pavimento	219,87
8º Pavimento	219,87
9º Pavimento	219,87
10º Pavimento	82,61
11º Pavimento	67,75
12º Pavimento	32,20
Reservatórios Elevados	32,20
<b>Área Total Construída</b>	<b>2.969,29</b>
<b>Terreno</b>	<b>632,57</b>

**1.2 - A reforma abrange os 12 (doze) pavimentos: subsolo, térreo, 9 (nove) pavimentos, cobertura, barrilete e reservatórios elevados e compreende:**

**1.2.1 – Subsolo:**

O subsolo se manterá como garagem e sofrerá serviços de recuperação estrutural e troca de acabamentos:

- Serão demarcadas novas vagas de estacionamento, inclusive para Pessoas com Necessidades Especiais – PNEs, idoso e Carga/Descarga;
- Instalação aparente de câmeras, luminárias, eletrodutos e infraestrutura geral de hidráulica com combate a incêndio integralmente novos;
- Substituição de bombas de recalque de água fria e pluviais;
- 2 (dois) elevadores; e
- 1 (uma) escada.

**1.2.2 - Térreo:**

A área do atual estacionamento, localizado sob projeção do edifício, será transformada em área fechada com vidro e com todo acabamento novo, e passará a abrigar:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

- Hall de entrada com Recepção;
- Salão para atendimento ao público com piso elevado;
- Conjunto de lavabos públicos;
- Centro de medição de energia existente;
- Aplicação de forro em todos os ambientes, abrigando câmeras, luminárias e equipamentos de ar condicionado, eletrodutos e infraestrutura geral de hidráulica com combate a incêndio integralmente novos;
- 2 (dois) elevadores; e
- 1 (uma) escada.

Na 2ª área externa haverá:

- A rampa de acesso à garagem para veículos no subsolo permanecerá conforme existente, porém com acabamentos novos;
- No alinhamento haverá gradil em vidro com portões para pedestres e para veículos;
- No fundo do terreno haverá local para instalação de gerador de energia e condensadores do ar condicionado;
- Será construída escada nova e rampa acessível;
- As áreas livres externas receberão o paisagismo e locais sobre lajes terão impermeabilização nova.

**1.2.3 - Andar-tipo:**

Nos andares típicos serão executadas as seguintes intervenções:

- Readequação do espaço físico interno do edifício, troca total das esquadrias/portas e adequação da casa de máquina com troca do sistema de condicionamento de ar, conforme projeto anexo;
- Remoção geral do contra piso e instalação de piso elevado, com revestimento vinílico;
- Reforma total dos sanitários e copas com alteração de layout, troca de louças, metais, instalações hidro sanitárias e elétricas, piso, parede e forro;
- Aplicação de forro em todos os pavimentos abrigando, câmeras, luminárias e equipamentos de ar condicionado, eletrodutos e infraestrutura geral de hidráulica com combate a incêndio integralmente novos;
- Instalação de divisórias em drywall nos pavimentos, conforme projeto;
- 2 (dois) elevadores; e
- 1 (uma) escada.

**1.2.4 - Cobertura:**

- Este pavimento, atualmente sem ocupação, será transformado em almoxarifado e copa, com acréscimo de parada de elevadores;
- Está previsto a impermeabilização das lajes de cobertura, com aplicação de forro, câmeras, luminárias, eletrodutos e infraestrutura geral de hidráulica com combate a incêndio integralmente novos;
- Readequação geral dos ambientes atuais deste pavimento, incluindo novos sanitários, copa e outros;
- Remoção da estrutura metálica existente;
- 2 (dois) elevadores; e
- 1 (uma) escada.

**1.2.5 - Troca de elevadores:**

- Substituição dos 2 (dois) elevadores existentes por novos com elevação da caixa para atendimento do 10º andar (ver projeto de estrutura), conforme especificação técnica;
- A casa de máquinas atual será transformada em almoxarifado com acabamentos novos, troca de esquadrias/portas e infraestrutura geral de elétrica e hidráulica com combate a incêndio integralmente novos;
- Os sanitários existentes no mesmo pavimento serão integralmente reformados;
- 1 (uma) escada.

**1.2.6 - Casa de máquinas do ar condicionado no andar-tipo:**

- Haverá recuperação estrutural, troca de acabamentos, esquadrias/portas, infraestrutura geral de elétrica e hidráulica com combate a incêndio integralmente novos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**1.2.7 - Escada:**

- Recuperação do piso de granilite, troca dos demais acabamentos, esquadrias/portas e adequação as instruções técnicas de combate a incêndio e atendimento integral a NBR 9050/2015 de acessibilidade.

**1.2.8 – Fachada:**

- A edificação existente possui estrutura em concreto armado e fechamentos em alvenaria de tijolos revestidos, parte com Vidrotil na cor verde em locais específicos e o restante da fachada rebocada, emassada e pintada;
- Remoção do Vidrotil e brises, elevação de peitoris, reboco parcial, tratamentos de fissuras e infiltrações;
- Impermeabilização das fachadas e pintura;
- Instalação de novas esquadrias de pele de vidro e portas.

**1.2.9 – Instalações hidráulicas:**

- Todas as tubulações e prumadas de água fria, esgoto e drenagem serão integralmente novas;
- As tubulações existentes devem ser totalmente removidas;
- Serão instaladas novas bombas de recalque de água fria e água pluvial do subsolo;
- No Barrilete serão instaladas bombas para o sistema de hidrantes e sprinkler.

**1.2.10 – Instalações elétricas e de lógica:**

- Todos os eletrodutos e cabamentos das instalações elétricas, lógica e telefonia serão integralmente novos, bem como alimentadores a partir do centro de medição;
- Todos os quadros serão integralmente novos;
- Cada pavimento terá um nobreak e swich;
- O gerador atenderá os elevadores, 5º pavimento (servidor) e administração do prédio;
- Sistema de proteção contra descargas atmosféricas;
- Iluminação de emergência com bloco autônomo.

**1.2.11 – Impermeabilização:**

- Todas as lajes expostas a intempéries e caixas d águas superiores e inferiores serão impermeabilizadas, bem como as áreas molhadas (sanitários e copas) e casa de máquinas do ar condicionado;
- Toda a impermeabilização existente deverá ser removida, inclusive argamassas de regularização.

**1.2.12 - Ar condicionado:**

- O ar condicionado será totalmente novo, sendo um sistema por pavimento do tipo VRF e instalado sistema de renovação do ar dutado;
- Todo o ar condicionado existente será removido, bem como suas tubulações de água, drenagem, motores, condensadores e evaporadores.

**Observação:** Todas as informações acima estão detalhadas nos Projetos e nos Memoriais Descritivos, anexos do Edital.

**2 – DA JUSTIFICATIVA**

**2.1** - O edifício possui 33 (trinta e três) anos de existência sem nunca ter passado por obras significativas de reforma das instalações elétricas, hidráulicas, recuperação estrutural, elevadores, e equipamentos de proteção e combate a incêndio. Portanto suas instalações, revestimentos e equipamentos encontram-se obsoletos, degradados e/ou não atendem normas e legislações vigentes. Logo a reforma visa adequação de todas as instalações as normas atuais, garantia da acessibilidade, modernização de acabamentos, recuperação estrutural para garantia da segurança, estabilidade e salubridade dos ambientes para seus usuários e eficiência energética.

**3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1** - O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços pelo CRMV-SP, que se dará após a desmobilização completa das atividades da Sede do CRMV-SP.

**3.2** - Após a emissão da Ordem de Início dos Serviços, a CONTRATADA deverá apresentar:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa aos serviços e obras;
- Comprovação da Matrícula da Obra no INSS.

**3.3** - Poderão ser computados no prazo contratual de execução das obras, os dias impraticáveis à realização dos serviços programados, devidamente comprovados ao CRMV-SP e corretamente registrados no Livro de Ocorrências Diárias.

**3.4** - Quando por motivos inequivocadamente alheios à vontade da CONTRATADA, ocorrer atrasos, devidamente registrados na forma do parágrafo anterior, o CRMV-SP, a seu exclusivo critério, poderá conceder prorrogação do prazo correspondente aos atrasos verificados.

### 4 - DOS SEGUROS

**4.1** - A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato e antes da emissão da ordem de serviço, as apólices de Seguro Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional atendida as seguintes condições:

**4.1.1** - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, seguro de Riscos de Engenharia - RE e Responsabilidade Civil Profissional - RCP, abrangendo a cobertura básica e demais coberturas adicionais, conforme descrito a seguir, até o momento da Ordem de Serviço, tendo o CRMV-SP como COSSEGURADO no seguro de Riscos de Engenharia;

**4.1.2** - Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil Profissional vigorarão durante o período de execução da obra, ficando sob a responsabilidade do segurado atualizar seu valor sempre que incidir correspondente correção no montante contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência da apólice se houver ampliação do prazo de execução da obra.

**4.1.2.1** - A CONTRATADA deverá manter válidas as apólices de seguros RE e RCP e apresentar junto com a medição o comprovante de adimplemento.

**4.2** - Coberturas do Seguro de Riscos de Engenharia:

**4.2.1** - Cobertura Básica de Obras Civis em construção e Instalações e Montagens (OCC/IM) – Garante os danos físicos decorrentes de acidentes ocorridos no local do risco ou canteiro de obras, por danos da natureza (vendaval, queda de granizo, queda de raio, alagamento, entre outros) e demais eventos (incêndio, explosão, desabamento, entre outros)

**4.2.1.1** - A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **100% (cem por cento)** do valor do contrato.

**4.2.2** - Coberturas Adicionais:

**4.2.2.1** - Erro na execução da obra/serviço: cobre danos causados à obra de correntes de erro na sua execução, mais prejuízos ocorridos durante reposição, reparo ou retificação. Excluem-se os custos que seriam suportados pelo Segurado para retificar o defeito original, incluindo o transporte, os tributos e despesas afins, se este defeito tiver sido descoberto antes do sinistro.

**4.2.2.1.1** - A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **100% (cem por cento)** do valor do contrato.

**4.2.2.2** - Responsabilidade Civil Geral e Cruzada: cobre os danos materiais e/ou corporais, involuntariamente causados a terceiros que não tenham relação com a obra, em decorrência dos trabalhos pertinentes a ela e/ou instalação. Nesta cobertura, a responsabilidades e estende aos participantes da apólice do segurado principal e demais cossegurados, com os e cada um tivesse feito uma apólice em separado, em que todos são considerados terceiros entre si. Além de garantir indenização para danos a terceiros, cobre gastos com honorários de advogados.

**4.2.2.1.1** - A cobertura prevista no subitem anterior contemplará o limite mínimo de **10% (dez por cento)** do valor do contrato, com mínimo de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**.

**4.2.3** - Responsabilidade Civil do Empregador: garante a Responsabilidade Civil do Segurado em caso de acidentes dentro do canteiro de obras e/ou durante o traslado dos empregados da obra para residência ou da residência para a obra em caso do transporte por contado segurado, que resulte em morte e/ou invalidez (total ou parcial) permanente de funcionários registrados ou com contrato de trabalho.

**4.2.3.1** - A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **20% (vinte por cento)** da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

**4.2.4 - Propriedades Circunvizinhas e Canteiro de Obras:** cobre danos materiais a bens de propriedade do segurado ou bens de terceiros sob a sua guarda, custódia ou controle, localizados em propriedade circunvizinha ou no canteiro de obras, e necessários à execução dos serviços.

**4.2.4.1 -** A cobertura prevista no Subitem anterior contemplará **20% (vinte por cento)** do valor do contrato, com limite de **R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)**.

**4.2.5 - Lucros Cessantes:** cobre as indenizações decorrentes de perdas financeiras, lucros cessantes, lucros esperados e quaisquer outras despesas emergentes, desde que resultantes de danos físicos e/ou corporais resultantes da execução dos serviços/obras contratados.

**4.2.5.1 -** A cobertura prevista no Subitem anterior contemplará **20% (vinte por cento)** da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

**4.2.6 - Manutenção Ampla:** Cobre os danos físicos acidentais às coisas seguradas, causados pelos empreiteiros segurados, no curso das operações por eles realizadas para fins de cumprimento das obrigações assumidas na cláusula de manutenção do contrato ou verificadas durante o período de manutenção, porém conseqüentes de ocorrência havida no local do risco (canteiro de obras) durante o período segurado da obra. Essa garantia inicia-se após o final da cobertura básica, desde que a obra tenha sido concluída, e tem duração de **6 (seis) meses**.

**4.2.6.1 -** A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **100% (cem por cento)** do valor do contrato.

**4.2.7 - Despesas extraordinárias:** Cobre as despesas com trabalho adicional de mão de obra em dias de feriados, finais de semana, período noturno e/ou envio por um meio de transporte rápido (exceto aeronave), para evitar atraso no cronograma da obra, em função de sinistro ocorrido.

**4.2.7.1 -** A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **5% (cinco por cento)** da cobertura Básica.

**4.2.8 - Tumultos:** cobre despesas com danos causados por tumulto e greve.

**4.2.8.1 -** A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **5% (cinco por cento)** da cobertura Básica.

**4.2.9 - Desentulho do local:** cobre despesas com a retirada de entulho do local, em função de riscos cobertos pelo seguro.

**4.2.9.1 -** A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **5% (cinco por cento)** da cobertura Básica.

**4.2.10 - Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros:** cobre despesas com providências de emergência para conter as conseqüências de prejuízo de corrente de riscos cobertos pelo seguro.

**4.2.10.1 -** A cobertura prevista no subitem anterior contemplará o valor mínimo de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.

**4.2.11 - Danos Morais:** cobre danos morais diretamente de correntes de danos materiais e/ou de danos corporais causados a terceiros durante os trabalhos pertinentes à obra.

**4.2.11.1 -** A cobertura prevista no subitem anterior contemplará **20% (vinte por cento)** da cobertura de Responsabilidade Civil Geral Cruzada.

**4.2.12 - Coberturas do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional.**

**4.2.12.1 - Erros e Omissões:** danos materiais e/ou corporais conseqüentes de atos de negligência, imperícia e/ou imprudência, cometidas pelo Segurado contra terceiros;

**4.2.12.2 - Perdas Financeiras,** inclusive lucros cessantes, desde que resultante de um risco coberto pelo presente seguro;

**4.2.12.3 -** nos Morais decorrentes de Ações ou Omissões cometidas pelo Segurado, contra terceiros, no exercício de suas atividades profissionais;

**4.2.12.4 - Perda, Roubo e Extravio de Documentos** de clientes sob responsabilidade do Segurado;

**4.2.12.5 - Custas de Defesa, Honorários de advogados e demais despesas relacionadas com o processo e a defesa do Segurado.** O Advogado é de livre escolha do segurado e há a antecipação de honorários;

**4.2.12.6 - Gerenciamento de Crise de Imagem,** custos de contratação de empresa especializada em serviços de comunicação e assessoria de imagem para amenizar os prejuízos à imagem, honra ou reputação do segurado, decorrentes de vazamento de informações sigilosas;

**4.2.12.7 - Tempo da Reclamação e Prazo Complementar:** A apólice deverá, obrigatoriamente, possibilitar a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

apresentação de reclamações durante a execução do contrato e ainda durante o prazo complementar de 36 (trinta e seis) meses.

**4.2.13** - Subcontratados: as garantias do seguro passam a ser estendidas para os subcontratados na responsabilidade que couber ao segurado.

**4.2.14** - O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser contratado com limite mínimo de indenização equivalente a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor integral do contrato.

### 5 – DAS MEDIÇÕES

**5.1** - As medições serão mensais, realizadas até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente seguinte ao da realização dos serviços, com a presença do responsável técnico da CONTRATADA. Os preços unitários serão os constantes da planilha de orçamento da proposta comercial da CONTRATADA.

**5.1.1** - Serão recusados/glosados os serviços ou materiais empregados na execução do objeto que apresentem defeitos, vícios de execução ou não conformidades em relação às especificações técnicas, sendo a CONTRATADA convocada a refazer e/ou corrigir as falhas apontadas sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, sob pena de caracterização do descumprimento da obrigação assumida e aplicação das penalidades prevista neste Projeto Básico.

**5.1.2** - As medições deverão ser acompanhadas de planilhas dos serviços executados com quantidades e preços, memórias de cálculo, relatório fotográfico compatível com os itens medidos, 1ª via da folha do Diário de Obras e, se for o caso, relatórios ou laudos de controle tecnológico e certificados para atendimento da legislação ambiental, devendo ser entregues à fiscalização do CRMV-SP.

**5.2** - Após o recebimento da medição, o CRMV-SP terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para processá-la, ratificá-la total ou parcialmente e, após sua aprovação, será solicitado à CONTRATADA a emissão da respectiva fatura. Caso ocorra a devolução da medição por problemas técnicos, terá início novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para novo processamento pelo CRMV-SP.

### 6 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**6.1** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**6.2** - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.3** - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**6.4** - Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;

**6.5** - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, em conformidade com o Anexo XI, Item nº 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

**6.6** - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

**6.6.1** - exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

**6.6.2** - direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**6.6.3** - promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

**6.6.4** - considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**6.7** - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

- 6.8** - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 6.9** - Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 6.10** - Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 6.10.1** - "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - 6.10.2** - comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - 6.10.3** - laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - 6.10.4** - carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
  - 6.10.5** - certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
  - 6.10.6** - a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado ao CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).
- 6.11** - Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### 7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1** - Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 7.2** - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados
- 7.3** - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos nº 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando o CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 7.4** - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 7.5** - Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 7.6** - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3)** certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - 4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 7.7** - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- 7.8** - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

- 7.9** - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 7.10** - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.11** - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.12** - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 7.13** - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 7.14** - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.15** - Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 7.16** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.17** - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.18** - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 7.19** - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.20** - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 7.21** - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 7.22** - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 7.23** - Assegurar ao CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 7.23.1** - O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 7.23.2** - Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 7.24** - Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços
- 7.25** - Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 7.26** - Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**7.27** - Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço

**7.28** - Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

**7.29** - Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

**7.30** - Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

**7.31** - Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

**7.32** - Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

**7.33** - Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**7.34** - Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

**7.35** - Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**7.36** - Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

(a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

(b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

(c) florestas plantadas; e

(d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**7.37** - Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

**7.37.1** - Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

**7.37.2** - Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

**7.37.3** - Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

**7.37.3.1** - Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**7.38** - Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

**7.38.1** - Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

**7.38.2** - Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

**7.38.3** - Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

**7.38.3.1** - Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**7.39** - Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

**7.39.1** - O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

**7.39.2** - Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**7.39.2.1** - resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

**7.39.2.2** - resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

**7.39.2.3** - resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

**7.39.2.4** - resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas

**7.39.3** - Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

**7.39.4** - Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**7.40** - Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

**7.40.1** - Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

**7.40.2** - Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

**7.40.3** - Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

**7.41** - Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

**7.42** - Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

**7.43** - Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

**7.44** - No caso de execução de obra:

**7.44.1** - Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;

**7.44.2** - Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

**7.44.3** - Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

**7.44.4** - Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

**7.44.5** - Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;

**7.44.6** - Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, aceitar que o CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

**7.44.7** - Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

**7.44.8** - Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

**7.44.9** - Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de Novembro de 2018.

### 8 – DAS SUBCONTRATAÇÕES

**8.1** – A CONTRATADA não poderá subcontratar o total dos serviços e obras objeto deste Projeto Básico, sendo-lhe permitido fazê-lo parcialmente, continuando, entretanto, a responder, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais.

**8.2** - A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

**8.2.1** - Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

**8.3** - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante ao CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

### 9 – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

**9.1** - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 10 – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

**10.1** - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.2** - O representante do CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**10.3** - A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

**10.4** - A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.5** - A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**10.6** - O representante do CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.7** - O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

**10.8** - As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

**10.9** - No caso de serviços de engenharia, a fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a)** não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b)** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**10.10** - Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**10.11** - O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**10.12** - Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada

**10.13** - A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**10.14** - Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**10.15** - O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**10.16** - A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

**10.17** - No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

**10.18.1** - solicitar, mensalmente, por amostragem, que a CONTRATADA apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

**10.18.1.1** - ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

**10.18.1.2** - à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

**10.18.1.3** - à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

**10.18.1.4** - aos depósitos do FGTS; e

**10.18.1.5** - ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

**10.18.2** - solicitar, por amostragem, aos empregados da CONTRATADA, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

**10.18.3** - oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

**10.18.4** - somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

**10.18.5** - As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

**10.18.6** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### 11 – DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

**11.1** - A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

**11.1.1** - Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

**11.1.2** - Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**11.1.3** - A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**11.2** - O recebimento provisório será realizado pela comissão de fiscalização e recebimento após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

**11.2.1** - O CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**11.2.1.1** - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**11.2.1.2** - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**11.2.1.3** - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**11.2.1.4** - A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

**11.2.2** - No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, a comissão de fiscalização e recebimento deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

**11.2.2.1** - quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**11.2.2.2** - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**11.2.2.2.1** - Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

**11.2.3** - No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

**11.2.3.1** - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**11.2.3.2** - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**11.2.3.3** - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**11.2.4** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

**11.2.5** - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### 12 – DO PAGAMENTO

**12.1** - O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE após aprovação das medições mensais dos serviços executados, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição e quantidades dos serviços executados no período.

**12.1.1** - O pagamento decorrente de despesa cujo valor não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.1.2** - A medição dos serviços executados deverá ser apresentada nos prazos e de acordo com o Item nº “5” deste Projeto Básico.

**12.1.2.1** - Para os equipamentos (elevador, ar condicionado, etc), o pagamento será de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro proposto pelo fabricante e para sua aprovação, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória de sua aquisição e/ou contratação, a ser definida entre esta última e o CRMV-SP.

**12.2** - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.2.1** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**12.3** - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

**12.4** - Nos termos do item nº 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

**12.4.1** - não produziu os resultados acordados;

**12.4.2** - deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

**12.4.3** - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**12.5** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**12.6** - Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

### ESTADO DE SÃO PAULO

**12.7** - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

**12.8** - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

**12.9** - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**12.10** - Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**12.11** - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

**12.11.1** - Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

**12.12** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

**12.13** - No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**12.13.1** - Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

**12.13.2** - O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato.

**12.14** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

$$I = \frac{(6 \div 100)}{365}$$





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

I = 0,00016438

**13 – DO REAJUSTE**

**13.1** - Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**13.1.1** - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Custos da Construção - INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.2** - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.3** - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**13.4** - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**13.5** - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.6** - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.7** - O reajuste será realizado por apostilamento.

**14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1** - O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**14.2** - No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**14.2.1** - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**14.2.2** - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

**14.3** - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme Item nº 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2018.

**14.4** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**14.4.1** - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**14.4.2** - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**14.4.3** - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

**14.4.4** - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**14.5** - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

- 14.6** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 14.7** - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 14.8** - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 14.9** - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 14.10** - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 14.11** - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 14.12** - Será considerada extinta a garantia:
- 14.12.1** - com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
  - 14.12.2** - no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item nº 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2018.
- 14.13** - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 14.14** - A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Projeto Básico e no Contrato.

### 15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1** - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 15.1.1** - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 15.1.2** - ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 15.1.3** - falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 15.1.4** - comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 15.1.5** - cometer fraude fiscal.
- 15.2** - Pela inexecução **total** ou **parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 15.2.1 - Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - 15.2.2 - Multa** de:
    - 15.2.2.1** - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - 15.2.2.2** - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - 15.2.2.3** - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**15.2.2.4** - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

**15.2.2.5** - 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**15.2.2.6** - as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**15.2.3** - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**15.2.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

**15.3** - As sanções previstas nos subitens nº "15.2.1", "15.2.3" e "15.2.4" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**15.4** - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
----	--	----

**15.5** - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**15.5.1** - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**15.5.2** - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**15.5.3** - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**15.6** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**15.7** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**15.8** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**15.9** - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**15.10** - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**15.10.1** - As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

**15.11** - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo nº 419 do Código Civil.

**15.12** - Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**15.13** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **16 – DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**16.1** - As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**16.2** - Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**16.3** - Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

**16.4** - Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**16.4.1** - Valor Global Máximo: **R\$ 10.011.536,91 (Dez milhões, onze mil e quinhentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos).**

**16.4.2** - Valores unitários: **conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.**

**16.5** - O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.

**16.6** - As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**17 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

**17.1** - O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

**17.2** - Tal valor foi obtido a partir de pesquisas de mercado e tabelas de referência: SINAPI (junho/2019), SIURB (janeiro/2019) E CPOS (julho/2019).

**18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** - Todos os materiais e suas aplicações deverão obedecer ao prescrito nas Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, aplicáveis e específicas para cada caso. Em caso de dúvida, a CONTRATADA deverá consultar a fiscalização designada, para que sejam sanadas antes da execução do serviço.

**18.2** - Na existência de serviços não discriminados, a CONTRATADA somente poderá executá-los após a aprovação da fiscalização. A omissão de qualquer procedimento ou norma constante deste Projeto Básico ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os serviços, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as Normas da ABNT vigentes e as recomendações dos fabricantes.

**18.3** - Os Projetos, o Memorial Descritivo e a Planilha de Quantidades são complementares entre si, devendo as eventuais discordâncias serem resolvidas pela fiscalização, com a seguinte ordem de prevalência:

**18.3.1** - Em caso de divergência entre projetos e planilha, deverá ser consultada a fiscalização;

**18.3.2** - Em caso de divergência entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão sempre a de maior escala;

**18.3.3** - Em caso de divergência entre os projetos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;

**18.3.4** - Em caso de divergência entre cotas e suas dimensões em escala, prevalecerão sempre a primeira.

**18.4** - Na execução só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares ou rigorosamente equivalentes, isto é, que desempenhem idênticas funções construtivas e que apresentem as mesmas características formais e técnicas definidas pelos Projetos, Memoriais Descritivos e Planilhas.

**18.5** - Todos os equipamentos (elevadores e ar condicionado) deverão ser inteiramente novos, primeiro uso, e não poderão ser resultantes de remanufaturamento, refilamento, reciclagem, retintagem, reutilização ou recondicionamento, seja parcial ou total. Não serão aceitos produtos em desacordo com essas especificações.

**18.6** - No caso de discrepância ou falta de especificações de marcas de materiais, serviços, acabamentos, entre outros, as escolhas deverão sempre ser formalmente aprovadas antecipadamente pela fiscalização.

**18.7** - Caso o material/equipamento especificado nos Memoriais encontre-se fora de linha, este deverá ser substituído por novo produto, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas no Memorial. A aprovação será feita por escrito, mediante amostras apresentadas à fiscalização antes da aquisição do material. O material/equipamento que por motivo for adquirido sem aprovação da fiscalização deverá, dentro de 72 (setenta e duas) horas, ser retirado e substituído pela CONTRATADA, sem ônus para o CRMV-SP. O mesmo procedimento será adotado no caso do material/equipamento entregue não corresponder à amostra previamente apresentada. Ambos os casos serão definidos pela fiscalização.

**18.8** - Os materiais deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda sob a responsabilidade da CONTRATADA.

**18.9** - É vedada a utilização de materiais, equipamentos e/ou ferramentas improvisadas em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam.

**18.10** - Quando não houver motivos ponderáveis para a substituição de um material especificado por outro, a CONTRATADA, em tempo hábil, apresentará, por escrito e por intermédio da fiscalização, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido de orçamento comparativo, de acordo com o que reza o contrato entre as partes sobre equivalência.

**18.11** - O estudo e a aprovação pelo CRMV-SP dos pedidos de substituição só serão efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

**18.11.1** - Declaração que a substituição se fará sem ônus para o CRMV-SP, no caso de materiais equivalentes;

**18.11.2** - Apresentação de provas pelo interessado, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA ESTADO DE SÃO PAULO

compreendendo como peça fundamental, o laudo de exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério da fiscalização;

Indicação da marca, nome do fabricante ou tipo comercial, que se destinam a definir tipo e o padrão de qualidade requeridos;

**18.11.3** - A substituição de material especificado, de acordo com as normas da ABNT, só poderá ser feita quando autorizada pela fiscalização e nos casos previstos em contrato.

**18.12** - Outros casos não previstos serão resolvidos pela fiscalização depois de satisfeitas as exigências dos motivos ponderáveis ou aprovada a possibilidade de atendimento.

**18.13** - A fiscalização deverá ter livre acesso ao Depósito de Materiais para conferir marcas, qualidade e validade.

**18.14** - Os serviços deverão obedecer integralmente à legislação pertinente, observando as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as normas de segurança do trabalho e as N.T.O. – Normas Técnicas Oficiais municipais, estaduais e federais aplicáveis, além das orientações específicas constantes do Memorial Descritivo de Arquitetura e Disciplinas de Engenharia anexos do Edital.

**18.15** - Deverão ser asseguradas as medidas adequadas para a proteção contra danos aos operários e observadas às prescrições da:

- *NR 18 – Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção;*
- *Códigos, Leis e Normas Municipais, Estaduais e Federais;*
- *NBR 9050/2015 – Acessibilidade de pessoas com deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;*
- *NBR 9077/2001 – Saídas de emergência em edifícios;*
- *Normas do Ministério do Trabalho;*
- *Normas da Secretaria de Saúde (Engenharia Sanitária);*
- *NBR 5410/2004 – Instalações Elétricas em Baixa Tensão (versão corrigida de 2008);*
- *Norma 224-3115-01/02 da TELEBRÁS – Tubulações Telefônicas em Edifícios;*
- *Valores estabelecidos nas Normas e Práticas TELEBRÁS;*
- *NR 23 – Proteção contra incêndios;*
- *NBR 9441 – Execução de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio;*
- *Normas gerais referentes aos Materiais e Equipamentos especificados;*
- *-Normas das concessionárias de serviços públicos (de suprimento de eletricidade, telecomunicações e água e de esgotamento sanitário e coleta de lixo).*

**18.16** – Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários no sentido de garantir proteção e segurança aos operários, técnicos e demais pessoas envolvidas direta e/ou indiretamente com a execução destes. O mesmo cuidado deverá ser tomado com os usuários, vizinhos ou transeuntes do local.

**18.17** – Deverá ser garantida a segurança das propriedades vizinhas e as áreas de entorno da Sede do CRMV-SP durante todo o período de execução da obra.

**18.18** – A execução das obras e serviços deverão ocorrer em horários adequados, respeitando a legislação pertinente, se for o caso, inclusive no que diz respeito a entrega de materiais e/ou equipamentos e retiradas de resíduos de obra e entulho.

**18.19** – Será obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual – EPI's – por todos os funcionários, terceirizados e técnicos envolvidos diretamente com a execução da obra.

**18.20** – A CONTRATADA deverá obedecer às normas estabelecidas e providenciar placa de obra, com as informações referentes à obra. A placa deverá ser em chapa galvanizada, pintada com tinta a óleo ou esmalte sintético e armada com sarrafos de madeira e pontalotes e instalada em local de fácil visualização em conformidade com as normas pertinentes e a orientação do CRMV-SP.

**18.21** - É de responsabilidade da CONTRATADA manter no canteiro de obras um local apropriado com todos os projetos, especificações técnicas, planilhas, orçamentos e cronograma.

**18.22** - No local das obras e serviços, deverá ser mantido um Diário de Obra para registro de todas as ocorrências relativas a obra, devidamente atualizado.

**18.23** - A CONTRATADA deverá respeitar os Projetos Executivos e demais elementos técnicos para o perfeito entendimento e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

execução dos serviços.

**18.24** - Durante a execução dos serviços, em face do acompanhamento e análise dos serviços, o CRMV-SP poderá solicitar correções e/ou complementações até a plena adequação dos mesmos.

**18.25** - Todos os resíduos de obra e entulho deverão ser removidos, transportados e depositados em locais licenciados, de acordo com sua classificação (não-inerte classe II-A e inerte classe II-B).

**18.26** - Se for o caso, deverão ser realizados os testes de controles tecnológicos referentes aos materiais a serem utilizados na obra. Os resultados dos testes deverão ser apresentados e aceitos pelo CRMV-SP previamente à realização da medição dos serviços.

**18.27** - A CONTRATADA arcará com todos os custos necessários para prestação dos serviços contratados, considerando que o valor apresentado na Proposta Comercial compreende todos os custos diretos e indiretos relativos à realização dos mesmos, inclusive despesas com transporte, carregamento e descarregamento dos materiais, equipamentos, máquinas, ferramentas e pessoal, bem como despesas com combustível, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e máquinas.

**18.28** - Os registros, impostos e/ou taxas incidentes ou que vierem a incidir sobre os serviços contratados ficarão a cargo da CONTRATADA, podendo o CRMV-SP efetuar as retenções legais sobre a remuneração devida.

**18.29** - Durante todo o período de execução dos serviços, a CONTRATADA será responsável pelas despesas decorrentes de água e energia elétrica do Edifício.

**18.30** - Após a conclusão da obra, a CONTRATADA deverá providenciar e apresentar ao CRMV-SP, o projeto "as built", o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, o alvará de funcionamento dos elevadores, Certificado de Conclusão de Obra e a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à CONTRATANTE no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

**18.31** - Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**18.31.1 - ANEXO II** - Memoriais Descritivos (Arquitetura, Elétrica, Hidráulica, Bombeiros, Gás, Elevadores e Ar Condicionado);

**18.31.2 - ANEXO III** - Planilha de Custos e Formação de Preços (com preço-referência e em branco);

**18.31.3 - ANEXO IV** - Composição do BDI (com BDI-referência e em branco);

**18.31.4 - ANEXO V** - Cronograma Físico-Financeiro (com preço-referência e em branco);

**18.31.5 - ANEXO XVII** - Projetos.

## **19 - DA ELABORAÇÃO**

**19.1** - Este Projeto Básico foi elaborado pelo Setor Administrativo, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração do CRMV-SP.

São Paulo/SP, 07 de julho de 2020.

**Lenice Fonseca Ferreira Jorge Neto**  
Coordenadora Administrativa

São Paulo/SP, 07 de julho de 2020.

Aprovo o presente Projeto Básico.

**Méd. Vet. Mário Eduardo Pulga**  
**CRMV-SP 2715/V**  
Presidente do CRMV-SP